

ARTIGO



**DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E CONFLITOS EM  
MOÇAMBIQUE: ALGUMAS DIFERENÇAS E PROXIMIDADES  
HISTÓRICAS**

***COMPULSORY RELOCATION AND CONFLICTS IN MOZAMBIQUE: SOME  
DIFFERENCES AND HISTORICAL PROXIMITIES***

***DÉPLACEMENT OBLIGATOIRE ET CONFLITS AU MOZAMBIQUE : QUELQUES  
DIFFÉRENCES ET PROXIMITÉS HISTORIQUES***

*Por Albino José Eusébio*

*Albino José Eusébio*

Pós-Doutor em Planejamento Urbano e  
Regional pelo IPPUR/UFRJ. Doutor em  
Sociologia e Antropologia pela UFPA.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5646-6190>.

E-mail: [albino.acipol@gmail.com](mailto:albino.acipol@gmail.com)  
[albinoeusebio@outlook.com](mailto:albinoeusebio@outlook.com).

Submetido: 14/09/2025

Aceite: 23/11/2025

Como citar  
EUSÉBIO, Albino José. Deslocamentos  
compulsórios e conflitos em Moçambique:  
algumas diferenças e proximidades históricas.  
Boletim GeoÁfrica, v. 4, n. 13, p. 104-127, jul.-  
dez. 2025.

## RESUMO

Moçambique, tornou-se na última década palco de grandes projetos de mineração que têm como um dos efeitos sociais imediatos os deslocamentos compulsórios das comunidades locais. Porém esse não é um fenômeno novo na história do país. Tanto no período colonial, quanto no período pós-independência, programas de controle populacional e de desenvolvimento contribuíram para um maciço deslocamento compulsório das populações das áreas rurais. No presente artigo analisam-se alguns desses processos anteriores de deslocamentos compulsórios - os programas de aldeamentos coloniais e de aldeias comunais - explorando diferenças e proximidades com os processos atuais provocados pelos projetos de mineração. Destarte, com base na revisão bibliográfica e na análise de dados de uma pesquisa de campo realizada com as populações deslocadas por um grande projeto de mineração em Moatize-Tete, Província da região centro do País, conclui-se que apesar de algumas diferenças significativas, persistem algumas proximidades entre os atuais e anteriores processos de deslocamentos, com destaque para o uso da persuasão e a prevalência de práticas de violência e intimidação. O autoritarismo, a tutela e o negligenciamento dos projetos de vida das famílias atingidas têm marcado o processo de deslocamento compulsório imposto pelos projetos de mineração, numa autêntica reedição para o tempo presente de práticas típicas de uma governamentalidade colonial.

**Palavras-chaves:** Moçambique. Deslocamentos Compulsórios. Aldeamentos Coloniais. Aldeias Comunais. Grandes Projetos de Mineração.

## ABSTRACT

In the last decade, Mozambique has become the place of large mining projects, cause of that one of the immediate social effects of which is the forced displacement of local communities. However, this is not a new phenomenon in the country's history. Both during the colonial period and in the post-independence period, population control and development programs contributed also to the massive forced displacement of populations from rural areas. Therefore, this article analyses some of these earlier forced displacement processes—the colonial settlement and communal village programs—exploring differences and similarities with current processes caused by mining projects. Based on a literature review and data analysis from field research conducted with populations displaced by a large mining project in Moatize-Tete, Province of the central region of Mozambique, it is concluded that despite some significant differences, some similarities persist between current and previous displacement processes, notably the use of persuasion and the prevalence of violence and intimidation. Authoritarianism, guardianship, and neglect of the life projects of affected families have marked the process of forced displacement imposed by mining projects, in an authentic re-edition for the present day of practices typical of colonial governmentality.

**Keywords:** Mozambique. Compulsory Relocations. Colonial Villages. Communal Villages. Large Mining Projects.

## RÉSUMÉ

Au cours de la dernière décennie, Mozambique a été le théâtre de grands projets miniers, dont l'un des effets sociaux immédiats était le déplacement forcé des communautés locales. Cependant, ce phénomène n'est pas nouveau dans l'histoire du pays. Tant pendant la période coloniale qu'après l'indépendance, les programmes de contrôle démographique et de développement ont contribué au déplacement forcé massif de populations des zones rurales. Donc, cet article analyse certains de ces processus antérieurs de déplacement forcé – la colonisation et les programmes de villages communautaires – en explorant les différences et les similitudes avec les processus actuels causés par les projets miniers. Par ici, à partir d'une revue de la littérature et d'une analyse de données issues de recherches de terrain menées auprès de populations déplacées par un grand projet minier à Moatize-Tete, province de la région nord du pays, il est conclu que, malgré des différences significatives, des similitudes persistent entre les processus de déplacement actuels et antérieurs, notamment le recours à la persuasion et la prévalence de la violence et de l'intimidation. L'autoritarisme, la tutelle et le mépris des projets de vie des familles affectées ont marqué le processus de déplacement forcé imposé par les projets miniers, rééditant ainsi de manière authentique et contemporaine des pratiques typiques de la gouvernamentalité coloniale.

**Mots-clés :** Mozambique. Déplacements forcés. Villages coloniaux. Villages communautaires. Grands projets miniers.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Moçambique, tornou-se desde o início dos anos “pós-2000” palco de expansão de grandes projetos de mineração incentivada pelo *boom* das commodities <sup>1</sup> e por uma política governamental que desde a década 90 vem sendo marcada pela atração de grandes investimentos internacionais através da criação de Zonas Francas Industriais (ZFI), Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e da política de incentivos fiscais. As ZFI e as ZEE são áreas destinadas a capital intensivo e tem o objetivo de atrair grandes investimentos estrangeiros e divisas através da produção destinada para a exportação. Nessas áreas as empresas se beneficiam da flexibilização da regulação econômica e ambiental e tratamento especial no que concerne às responsabilidades fiscais e aduaneiras. “Através dessas políticas, diversas extensões de “territórios dos povos” são transformadas em territórios destinados exclusivamente à expansão do capital” (Eusébio, 2019, p. 165), num processo marcado por conflitos e denúncias de violação de direitos territoriais. Rica em recursos minerais, a região do Vale do Zambeze atraiu no período do boom das commodities, através dessa política de flexibilização econômica e fiscal do governo, algumas das maiores mineradoras do mundo: a multinacional anglo-australiana Rio Tinto e a multinacional brasileira Vale. Existe um debate consolidado sobre os impactos sociais, ambientais e territoriais dos grandes projetos de mineração em Moatize, Vale do Zambeze (Matos, 2016; Osório; Silva, 2017; Coutinho, 2019; Chizenga, 2020; Eusébio, 2020a; 2020b; 2022).

O presente artigo retoma esse debate, mas dando ênfase aos deslocamentos compulsórios: os grandes projetos são na sua maioria dos casos implementados em áreas ocupadas por uma heterogeneidade de grupos sociais que geralmente apresentam modos diferenciados de apropriação socioeconômica e cultural do mundo material e acarreta quase sempre o deslocamento dessa heterogeneidade de grupos sociais<sup>2</sup>. Os deslocamentos compulsórios de milhares de famílias acompanhados por denúncias de violação dos direitos territoriais vêm, por exemplo, transformando a região do Vale do Zambeze num espaço onde projetos inerentes à expansão global do capital internacional se interceptam de forma violenta

---

<sup>1</sup>Na fase de boom das commodities as grandes multinacionais que atuam nessa área, se por um lado, intensificam a produção nos seus espaços originais de exploração, por outro expandem-se em busca de novos territórios de exploração. Para mais informações ver: Wanderley (2017).

<sup>2</sup>Para uma abordagem teórico conceitual sobre deslocamentos compulsórios ver: Almeida (1996); Magalhães (2007); Eusébio e Magalhães (2022).

com as histórias de vida das diversas populações da região<sup>3</sup>. Porém, os atuais deslocamentos compulsórios provocados por grandes projetos de mineração não são um fenômeno novo na história de Moçambique. A história do País é desde o tempo colonial marcada, dentre vários pontos, pela prevalência de uma política governamental e empresarial de controle territorial que pressiona constantemente o território das populações das áreas rurais e tem como consequência imediata e direta os deslocamentos compulsórios. Tanto no período colonial, quanto na primeira década do período pós-independência, políticas de desenvolvimento e progresso nacional, os programas de aldeamentos coloniais e aldeias comunais, as guerras e os desastres ambientais contribuíram para um deslocamento maciço das populações de Moçambique, na sua maioria das áreas rurais.

No contexto atual o controle governamental e empresarial do território está mais assentado na política de intensificação da exploração capitalista dos recursos minerais. No presente artigo dedicamo-nos a uma análise comparativa entre os anteriores processos de deslocamentos compulsórios empreendidos na região – com destaque para a política de controle da população assentada nos aldeamentos coloniais, desenvolvida no período colonial e o programa de modernização rural e reestruturação da lógica de produção e organização social rural, desenvolvido na primeira década pós-independência (através do programa das aldeias comunais e cooperativas agrícolas) - destacando não só, os mecanismos de sua configuração, implementação e os seus efeitos sociais, bem como as diferenças e proximidades com o processo atual de deslocamento compulsório provocado pelos projetos de mineração na região do Vale do Zambeze. Os trabalhos de Borges Coelho (1989, 1993, 1998, 2003), Araújo (1983, 1988), Casal (1991, 1996); Manghezi (2003); Isaacman e Isaacman (2013) e Thay (2020) constituem referências seminais para a análise dos deslocamentos compulsórios em Moçambique no período colonial e na primeira década pós-independência. O período atual é analisado a partir de dados colhidos durante uma pesquisa de campo doutoral realizada em Moatize em dois períodos, primeiro semestre de 2016 e segundo semestre de 2017. Durante a pesquisa buscamos, dentre vários pontos, explorar as práticas que caracterizaram o processo de

---

<sup>3</sup>Só para se ter uma dimensão numérica, foram 4 bairros deslocados no processo de instalação da área da exploração pelo projeto operado pela multinacional brasileira Vale em Moatize, nomeadamente, Chipanga, Malábue, Mithethe e Bagamoyo. Dados do Governo Distrital de Moatize indicam que foram 1.365 famílias compulsoriamente deslocadas desses bairros. Deste número, 714 famílias classificadas como rurais foram deslocadas para a Comunidade de Cateme, a aproximadamente 30 km dos seus antigos lugares de moradia e trabalho; 289 classificadas como urbanas para o bairro 25 de setembro, na vila sede de Moatize e as restantes mediante indenização (Moçambique, 2015).

deslocamento compulsório realizado pela multinacional brasileira Vale e a realidade de vida cotidiana nos “novos lugares”. A pesquisa de campo foi inspirada metodologicamente nos estudos do cotidiano (Veena Das, 2008; Martins, 2014) e no caso das populações deslocadas procuramos, tendo como inspiração a proposta da antropóloga Veena Das (2008), buscamos compreender como o processo de deslocamento compulsório foi experienciado e é cotidianamente vivido pelas próprias famílias compulsoriamente deslocadas.

Sob ponto de vista teórico, a discussão é inspirada na tradição dos estudos socioantropológicos sobre os impactos ou efeitos sociais e ambientais do extrativismo mineral, violências das práticas empresariais e resistências locais (Zhourri; Bolados; Castro, 2016; Zhourri, 2018; 2019; Ramos de Castro, 2018; Castro; Do Carmo, 2019; Eusébio, 2020a) e de modo geral na antropologia do desenvolvimento (Gardner; Lewis, 1996; Schroder, 1997): um conjunto de análises socioantropológicas sobre os efeitos sociais de políticas de desenvolvimento que favorecem objetivos estratégicos e político capitalistas das grandes empresas multinacionais (Schroder, 1997). Neste contexto, denunciam as perigosas consequências sociais e ambientais dos empreendimentos, bem como a indiferença quanto à questão humana e a injustiça social, que caracterizam a implementação dos grandes projetos de desenvolvimento, buscando, desse modo, conter o que Lewis (2005), denomina de privilégio do domínio dos aspectos econômicos em relação aos aspectos inerentes às diferenças socioculturais existentes na sociedade.

Gardner e Lewis (1996) resumem as discussões da antropologia do desenvolvimento em torno de três temas principais: (i) a análise crítica sobre o discurso e trabalhos internos da “indústria de ajuda” comandada pelas ONGs; (ii) os estudos sobre os efeitos sociais e culturais das mudanças econômicas; e (iii) os estudos sobre os efeitos sociais e culturais dos projetos de desenvolvimento (e porque eles falham em termos socioculturais). É nesse último que a nossa análise se enquadra e está estruturada em três pontos essenciais: no primeiro analisamos a política de aldeamentos comunais, sua configuração e efeitos sociais, no segundo a política das aldeias comunais e no terceiro os atuais processos de deslocamentos compulsórios provocados pelos grandes projetos de mineração, explorando proximidades e diferenças com os anteriores processos.

## OS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS NO TEMPO COLONIAL: A POLÍTICA DE ALDEAMENTOS COLONIAIS

Os aldeamentos coloniais foram uma política implementada pelo governo colonial português em Moçambique e consistiu na concentração forçada de populações rurais africanas em aldeamentos que permitiam o melhor controle. Existe um debate já consolidado na literatura socioantropológica e sócio-histórica moçambicana sobre os aldeamentos coloniais. A compreensão sobre essa política, sua configuração e efeitos sociais é essencial para análise comparativa que se pretende neste artigo entre as políticas anteriores e atuais de deslocamentos compulsórios, suas rupturas e proximidades.

A política de aldeamentos coloniais, começou como uma política de reestruturação administrativa e se transformou em uma estratégia de controle das populações para inibir possível apoio da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) durante a guerra de libertação nacional (Castelo, 2021; Borges Coelho, 1993, 1998, 2003)<sup>4</sup>. Segundo Cabaço (2007), antevedendo o conflito nas colônias, o exército português definiu que a vitória da guerra contra os nacionalistas quer em Angola e Guiné-Bissau, quer em Moçambique, dependia de três elementos essenciais: “conquistar a simpatia e a adesão das populações; desmoralizar os militantes e os guerrilheiros, diminuindo a sua capacidade combativa e atuar sobre as próprias tropas para incentivar a sua disponibilidade operacional” (Cabaço, 2007, p. 348). Esse foco centrado na conquista da população fundamenta-se, segundo Borges Coelho (2003, p. 178) numa visão dicotômica segundo a qual “todos os africanos eram potenciais ‘terroristas’ e entraves ao projeto imperialista português”. A única forma de evitar que assim se tornassem de fato era conquistá-los e comprometê-los ativamente na defesa da ordem colonial. Foi nesse âmbito que nasceram “as senzalas protegidas em Angola, as tabancas em Guiné-Bissau e os aldeamentos coloniais em Moçambique”, para onde foram deslocadas as populações das áreas de guerra ou áreas que eram vistas como passíveis de ação de mobilização por parte dos combatentes da FRELIMO (Borges Coelho, 2003, p. 179). Através desses “novos aglomerados rurais fortificados e controlados”, as autoridades esperavam, tal como fizeram os franceses na Argélia, “irromper com a penetração de combatentes nacionalistas” (Borges Coelho, 2003, p. 179).

Os primeiros aldeamentos enquanto estratégias de contra insurgência começaram a ser instalados na primeira metade da década 1960. À medida que o conflito ia se acirrando, a sua

---

<sup>4</sup>Política semelhante foi implementada pelos franceses na Argélia (Bourdieu; Sayad, 2006).



real face de despovoamento de área operacional, procurando reduzir o contato entre guerrilheiros e a população, foi suplantando o discurso de desenvolvimento socioeconômico. Tal como na Argélia (Bourdieu; Sayad, 2006) quem não vivia nas povoações controladas pelas autoridades coloniais portuguesas era considerado inimigo. Criavam-se assim, não só, zonas proibidas, como também, as zonas de controle da população. A partir de 1968, a região do Vale do Zambeze e a província de Tete em particular, passaram a ocupar um lugar de destaque na política de aldeamento devido ao lugar estratégico que passou a assumir na contraofensiva da FRELIMO às Forças portuguesas. Foi nesse período que a FRELIMO abriu o que na historiografia moçambicana é denominado de “frente de Tete” com a intenção de cruzar o rio Zambeze, buscando expandir as suas ações que até então se concentravam no Norte do país para as regiões centrais de Manica e Sofala. Segundo Borges Coelho (1993), a resposta das forças armadas portuguesas à entrada da FRELIMO em Tete foi dada em duas vertentes: primeiro o aumento de ações de terror e violência indiscriminadas contra a população; segundo, pela intensificação do aldeamento das populações.

O atual distrito de Moatize que é atualmente palco de deslocamentos compulsórios provocados pelos projetos de mineração, tinha, até o final da guerra em 1974, 44 aldeamentos cobrindo aproximadamente 50 000 pessoas (Borges Coelho, 1993). Importa destacar dentre esses aldeamentos, os aldeamentos de Cateme (atual área onde foram reassentadas a maioria das populações classificadas como rurais pela mineradora Vale); Mithethe e Chipanga (onde famílias foram também compulsoriamente deslocadas pela mineradora Vale); e Benga (uma das áreas onde as famílias foram compulsoriamente deslocadas pelo projeto de Benga de exploração de carvão mineral - operado atualmente pela *joint venture* indiana ICVL).

Um ator que foi determinante no processo de deslocamento compulsório das populações do Vale do Zambeze durante a guerra de libertação colonial na província de Tete foi a Barragem Hidroelétrica de Cahora Bassa. A construção desse empreendimento obrigou ao deslocamento compulsório de milhares de famílias camponesas que viviam nas margens do rio Zambeze. Muitas dessas famílias não só perderam o controle sobre o espaço físico, o acesso a recursos econômicos e culturais importantes para a vivência, o poder de decidir sobre onde e como viver, como também, viram suas antigas áreas de vivência submersas no lago provocado pela barragem. Até a conclusão do empreendimento, milhares de camponeses tinham sido confinados nos aldeamentos (Isaacman; Isaacman, 2013).

O deslocamento para os aldeamentos, não só implicou o abandono das terras ancestrais ignorando-se, tal como os recentes deslocamento compulsórios provocados pelas atividades de mineração, a sua relação afetiva com o território, como também a perda das suas machambas – nome que é dado em Moçambique à “porção de terra que é usada para a prática de agricultura familiar” (Braço, 2017, p. 227), - e de espaços de peculiar significância simbólica e cultural, como o são, por exemplo, os locais onde seus ancestrais foram enterrados e as áreas de mediação com os espíritos dos seus ancestrais.

A vida no aldeamento era, tal como acontece atualmente, caracterizada pela comparação entre aquilo que perderam com a transferência e o que ganharam nos novos locais. A pressão demográfica também era maior. Alguns aldeamentos chegaram a albergar mil pessoas, número que segundo Borges Coelho (1993, p. 286) era quatro vezes maior do que nas antigas aldeias. A fragilidade das condições de reassentamento punha em causa alguns pontos que eram considerados centrais para o processo: especialmente, viabilidade da terra para produção agrícola e existência de fontes de água adequadas. Em 1974, ano da assinatura do acordo de Lusaka que abriu espaço para a independência de Moçambique, alguns aldeamentos de Moatize, como por exemplo, a aldeia N'cungas devidamente descrita por Borges Coelho (1993) era, tal como ele mostra, ocupada por pessoas doentes, mal-nutridas, desprovidas de seus meios básicos de subsistência e muitas vezes dependentes da ajuda externa para a alimentação.

## **A INDEPENDÊNCIA NACIONAL E AS NOVAS DINÂMICAS DE DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS: AS ALDEIAS COMUNAIS**

Com a assinatura do acordo de Lusaka em 1974, não só os moçambicanos que se encontravam refugiados em países vizinhos como Malawi e Zâmbia tiveram a possibilidade de retornar ao país, como também algumas populações tiveram a possibilidade de deixar os antigos aldeamentos onde foram forçosamente assentados pelos colonialistas portugueses de volta às suas terras ancestrais ou em busca de melhores terras para agricultura. No campo político, o governo da FRELIMO que assumiu o poder após a independência definiu a agricultura como a base do desenvolvimento do país e o socialismo como a base de orientação política e socioeconômica nacional. A ideia era romper as antigas relações de opressão colonial e “exploração do homem pelo homem” que eram vistas como inerentes a uma lógica capitalista de produção, organização e reprodução social e econômica. Segundo Casal (1996), na visão do governo socialista o desenvolvimento rural se inseria plenamente nos planos de transformações

que eram imprescindíveis para se alcançar uma forma socialista de organização social, econômica e política. Para tal, criou-se o programa de aldeias comunais como forma de dinamizar a produção agrícola sob a forma de empresas estatais e cooperativas agrícolas. Concentrar essas populações em aldeias comunais, rompendo com a sua lógica dispersa de organização social, tal como fez o colonizador; e criar cooperativas de produção agrícola através da socialização dos meios de produção (principalmente a terra e a força de trabalho) era visto como o único caminho a ser seguido para vencer o subdesenvolvimento e transformar as relações sociais numa perspectiva socialista (Casal, 1996).<sup>5</sup>

Compreender a configuração dessa nova política, bem como os seus efeitos sociais é também essencial para análise comparativa que se pretende com os atuais processos deslocamentos compulsórios provocados pelos grandes projetos de mineração no Vale do Zambeze. O programa de aldeias comunais em Moçambique não era inédito em estados “pós-coloniais” africanos. Experiências semelhantes de deslocamento compulsório desenvolvidas por novos governos de estados “pós-coloniais” – governos esses revolucionários e com uma visão socialista de organização política, social e econômica – foram vividas por populações das áreas rurais argelina e tanzaniana, numa espécie de repetição e persistência de ações análogas perversas dos atores coloniais (Casal, 1996). Essa experiência da Tanzânia, bem como da Argélia, serviu de fonte de inspiração para o programa de aldeias comunais desenvolvido pelo governo da FRELIMO. Tal como destaca Casal (1991, p. 45), a produção familiar dispersa já era objeto de crítica do então Presidente da República Popular de Moçambique Samora Moisés Machel, ainda no período da guerra de libertação nacional. Para ele, “o individualismo e o espírito de propriedade (privada) era um espírito capitalista que divide e enfraquece”. Abandonar essa lógica e combater a “exploração do homem pelo homem” era imprescindível para se assumir uma “consciência coletiva de trabalho”. Foi também no período da guerra que a experiência de socialização dos meios de produção e cooperativização agrícola começou a ser implementada nas zonas libertadas.

A região norte foi inicialmente a mais contemplada pelo programa. Até 1977 tinham sido compulsoriamente deslocados para as aldeias comunais em Cabo Delgado, cerca de, “800

---

<sup>5</sup>É importante destacar que, tal como no tempo colonial, os deslocamentos compulsórios na primeira década pós-independência não se resumiram exclusivamente ao programa de aldeias comunais e cooperativas agrícolas. O antropólogo Omar Thomaz explora outras formas de deslocamento compulsório empreendidas pelo regime socialista, com destaque para os “campos de reeducação” e a “operação produção” (Thomaz, 2008). A experiência desses campos serviu de inspiração para o escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa no seu livro “Entre Memórias Silenciadas” (Khosa, 2013).

mil habitantes, concentrados em 600 aldeias - aproximadamente 90% da população total da província” (Casal, 1996, p. 125). O distrito de Moatize tinha 3 aldeias comunais (Capirizange, M’condezi e Samôa) até 1980, concentrando aproximadamente 3 mil habitantes. Esse número subiu para 5 aldeias em 1983 com aproximadamente 21 mil habitantes (Araújo, 1988, p. 314). Este fato evidencia mais um aumento demográfico por aldeia já existente do que necessariamente o aumento de aldeias, o que conseqüentemente, criava uma grande pressão demográfica e sobre o acesso aos recursos naturais.

Em muitos casos a violência e a intimidação foram empregados para frear ações de resistência das populações. “Queimar palhotas das populações para forçar a transferirem-se para as aldeias comunais” não eram ações raras (Casal, 1996, p. 126). Outra estratégia agressiva de mobilização foi, por exemplo, de proporcionar ajuda emergencial somente aos que estavam nas aldeias comunais como forma de cooptação, deixando à própria sorte os que estivessem fora ou se recusaram a aceitar essa política perversa (Casal, 1996). Segundo Araújo (1988), muitos aspectos inerentes ao desenvolvimento socioeconômico das populações compulsoriamente aldeadas foram ignorados. Muitas aldeias se transformaram em apenas concentração das populações das áreas rurais em lugares distantes da sua anterior área de residência e produção. Algumas aldeias nunca chegaram de fato a implementar qualquer forma de produção coletiva.

A localização das residências em muitas aldeias comunais foi definida pelas autoridades distritais e ou provinciais sem participação popular. O acesso às fontes de água era o principal problema nas aldeias comunais. Fato que evidencia certas semelhanças com os problemas descritos nos aldeamentos impostos pelos colonizadores portugueses. Tal como destaca Borges Coelho (1993), embora pudessem ser encontradas escolas em todas as aldeias comunais, eram frequentemente escolas construídas no tempo dos aldeamentos coloniais. Em muitas aldeias comunais as escolas funcionavam a céu aberto, debaixo das árvores. O problema com os postos de saúde era particularmente o mesmo. Em Moatize, por exemplo, das 3 aldeias comunais só uma tinha um posto de saúde.

A política governamental de aldeias comunais pressionou e forçou as populações das áreas rurais a dedicar uma importante parte do seu tempo às cooperativas agrícolas. Segundo Borges Coelho (1993), na província de Tete, por exemplo, foram criados, no âmbito do programa das aldeias comunais, cerca de 14 cooperativas agrícolas até 1978. Esse número passou para 31 com um total de 1.202 membros em 1980. As cooperativas agrícolas eram vistas

como a base da organização econômica das aldeias comunais e a materialização da ideia da socialização dos meios de produção (terra, força de trabalho etc.).

O acirramento da guerra com a RENAMO em 1980<sup>6</sup> fez com que, tal como no tempo colonial, as estratégias militares imperassem sobre todo o discurso social, político e econômico de legitimação das aldeias comunais. Razão pela qual, segundo Casal (1996, p. 127), “em 1980 a imensa maioria das aldeias eram apenas locais de habitação sem uma base socioeconômica segura”. O que fora discursivamente projetado para ser uma forma de organização da vida coletiva, visando ao melhoramento das suas condições de vida, se transformou num campo de concentração da miséria e degradação social e econômica.

A reestruturação econômica imposta pelas instituições de *Bretton Woods* no final da década 80 marca o fim de uma lógica centralizada de organização econômica e do marxismo-leninismo enquanto orientação política e socioeconômica do estado. O fim das aldeias comunais liberou para as diversas populações aldeadas o direito de decidir onde e como viver. O acordo de Roma em 1992 marcou o fim da guerra civil e o retorno de milhares de moçambicanos que se encontravam refugiados nos países vizinhos. A estes também o fim da guerra restaurava-lhes a liberdade de decidir onde e como viver.

A constituição de 1990 ratificou o liberalismo econômico em Moçambique, abrindo espaço para a chegada de novos atores. A agricultura continuou sendo a base do desenvolvimento nacional, mas agora seguindo as orientações dos técnicos dos organismos financeiros internacionais tais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), etc. Nos anos “pós-2000” um novo setor passou também a se destacar na política de desenvolvimento nacional - a indústria extrativa mineral. Rica em recursos minerais e energéticos, a região do Vale do Zambeze volta a estar submersa a um novo processo de deslocamento compulsório provocado pela instalação de grandes projetos de exploração mineral com destaque para as minas de carvão mineral em Moatize. Se nos processos de deslocamento compulsório anteriores a lógica que prevalecia era, usando em analogia as palavras do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, a integração às áreas de controle e à grande propriedade coletiva, hoje a luta dos atores governamentais e das grandes multinacionais é pela expulsão e expropriação para

---

<sup>6</sup>Destacada como “guerra de desestabilização”, “guerra dos dezasseis anos” e ainda “guerra civil moçambicana”, teve seu início em 1977 entre o governo da Frelimo que assumiu o controle do País após a independência e a Resistência Nacional de Moçambique. Terminou em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma. Para algumas abordagens sobre este conflito ver: Florêncio (2002).



garantir o controle empresarial do território e a apropriação capitalista dos recursos (Almeida, 2002). A nossa análise vai se centrar nos deslocamentos compulsórios provocados pela instalação da primeira fase do projeto de exploração a céu aberto das minas de carvão mineral no distrito de Moatize, operado pela multinacional brasileira Vale.

## **OS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS PROVOCADOS PELOS GRANDES PROJETOS DE MINERAÇÃO: O PROJETO VALE EM PERSPECTIVA**

A nova onda de deslocamentos compulsórios acontece num contexto político e econômico peculiar marcado pela afirmação de políticas neoliberais. O Banco Mundial e o FMI passaram a ter desde a década 1980 um papel determinante nas políticas de desenvolvimento nacional. A partir da década 1990 uma revisão legislativa foi efetivada com o objetivo de enquadrar o ordenamento jurídico moçambicano à nova orientação política e econômica tendo em conta o interesse e diretrizes dessas organizações internacionais no sentido de dinamizar a exploração capitalista de recursos naturais. Em 2002 foi aprovada uma nova lei de minas, garantindo dentre vários pontos a prevalência das atividades mineiras sobre todas as formas de uso e apropriação do território (Moçambique, 2002). Dois anos depois foi aprovado pelo Conselho de Ministros o Regulamento Ambiental para as atividades mineiras que destaca, em primeiro lugar, a imperiosidade da observância dos padrões de qualidade ambiental e de desenvolvimento ambiental sustentável nas atividades de exploração de recursos minerais. Em segundo lugar, destaca a obrigatoriedade de consulta às comunidades locais no caso de área concessionada coincidir com o seu território de ocupação, bem como a obrigatoriedade de garantir a participação das comunidades locais na tomada de decisões que possam afetar os seus direitos (Moçambique, 2004). Em 2006 foi aprovado pelo Conselho de Ministros o Regulamento da Lei de Minas que incute, por exemplo, aos detentores de título mineiro a responsabilidade por qualquer dano a culturas, construções, qualquer benfeitoria, bem como, o reassentamento e indenização de qualquer ocupante da área concessionada (Moçambique, 2006). O regulamento sobre o processo de reassentamento só foi aprovado em 2012, três anos depois da execução do reassentamento da Vale e foi de certa forma resultado das irregularidades cometidas e da pressão exercida sobre o governo por essas comunidades compulsoriamente deslocadas em Moatize e pelas diversas ONGs nacionais e internacionais (Moçambique, 2012).

A área concessionada pelo Governo de Moçambique à multinacional brasileira Vale, para a exploração das minas de carvão de Moatize englobava uma área de ocupação ancestral de diversas populações e comunidades locais. A empresa teve que negociar com elas diretamente o processo de transferência de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) para o desenvolvimento das suas atividades. O marco regulatório nacional impõe que a transferência do DUAT seja feita mediante consulta das comunidades da área concessionada, porém no caso específico da Vale essa fase foi meramente formal, pois aconteceu depois do governo já ter assinado o acordo de concessão. Neste contexto, as populações consultadas não tinham direito de veto ao empreendimento. Primeiro porque a mineração tem prioridade sobre todas as formas de uso e apropriação da terra e recursos (Moçambique, 2002). Segundo porque o direito já havia sido concedido à multinacional. Isso para dizer que, desde o primeiro momento as comunidades estavam condenadas ao deslocamento compulsório. O passo seguinte era saber em que condições. Mais do que negociar as condições de possibilidade de implementação do empreendimento no seu território, o ritual das consultas comunitárias foi mais para imposição das condições da irreversível saída do lugar.

Para as atividades de contato, diagnóstico e execução da tarefa de expropriação das populações da área concessionada, a Vale contratou em 2005 a Diagonal, uma empresa brasileira especializada em negociação, remoção e reassentamento de famílias – com históricos trabalhos realizados, por exemplo, em Barcarena, no estado do Pará. A sua contratação marcou o início da sua aventura para o continente africano e a entrada dos seus serviços no mercado moçambicano. Além de São Paulo e Recife, no Brasil, a empresa passou a contar com escritórios em Maputo, cidade capital de Moçambique. A empresa foi a responsável pelo contato com as populações da área concessionada, levantamento de infraestruturas e elaboração do estudo de viabilidade e plano de ação de reassentamento.

No processo de expropriação para o controle do território concessionado, a empresa dividiu as famílias em rurais e semi urbanas. Foram classificadas como rurais as famílias que viviam da agricultura e outras atividades consideradas “informais” como olaria, produção de esteiras e pesca. E de semi urbanas as famílias de funcionários e trabalhadores das diversas empresas que atuam na área. Evidências etnográficas demonstram que a divisão foi feita de forma perversa e imposta sem ter em conta as posições das próprias populações. Refletindo sobre essa divisão rural/semi urbana, Tomás Selemene considera que a Vale usou a estratégia de “dividir para reinar”, buscando minimizar as ações de resistência ao deslocamento

compulsório para Cateme, que por estar longe da cidade, a aproximadamente 30 km, com casas precárias e fragilmente construídas, seria facilmente rejeitada pelas famílias consideradas semiurbanas (Selemane, 2010). Ou seja, a divisão e a hierarquização dos atingidos foi uma estratégia corporativa que tinha a função de subdimensionar os custos do deslocamento e frear os riscos de resistência por uma parte do grupo dos atingidos, contra certas condições impostas no processo de deslocamento. Na mesma linha crítica e explorando especificamente a classificação de “populações rurais”, Osório e Silva (2017) consideram que a empresa usou como critério determinante de classificação o trabalho na machamba, ignorando, por um lado, que aquelas populações desenvolviam outras atividades, como por exemplo, a venda de carvão, a produção de tijolos e brita para construção, a pesca, a produção de esteiras e o comércio do mercado local, que eram essenciais na sua reprodução social e econômica, por outro lado, ignorando que viviam não necessariamente em comunidades rurais mas em zonas periféricas da vila, razão pela qual deviam ser pelo menos caracterizadas como semi urbanas. Para as autoras, “a falta de estudos socioantropológicos que pudessem definir com maior rigor os perfis das populações deslocadas” contribuiu para esse equívoco de classificação cometido pela empresa e ratificado pelo governo moçambicano (Osório; Silva, 2017, p. 78).

Estudos dessa natureza que provavelmente tornariam o processo de deslocamento menos violento (ao minimizar a violação dos direitos das populações atingidas) não interessavam à empresa, que buscava a todo custo ocupar as suas terras e executar a exploração capitalista dos seus recursos. Não interessou também analisar as implicações que a instalação do empreendimento teria nas comunidades do entorno. Algumas comunidades embora não tenham sido compulsoriamente deslocadas das suas terras ancestrais enfrentam constrangimentos na sua vida cotidiana que vão desde o bloqueio pela cerca metálica ao acesso a áreas de grande relevância na sua reprodução social, econômica e cultural; a contaminação dos poços de água pelas explosões que são feitas quase diariamente, o fechamento dos “corta matos”, que eram essenciais para o rápido acesso à vila, escoamento da produção e acesso a determinados serviços básicos e essenciais como saúde e educação formal. Pouca importância foi dada, também, à questão da interdependência social, econômica e cultural entre os bairros deslocados e os bairros remanescentes.

Podemos citar como exemplo a relação entre a comunidade de Catete nos arredores da área concessionada e o bairro Chipanga que foi totalmente deslocado. Durante a pesquisa de campo em Moatize, visitamos a comunidade de Catete que se encontra fora da área de



concessão da empresa, mas dentro de todo processo integrado de produção e escoamento, porque a linha férrea de transporte de carvão passa a escassos metros da comunidade. Composta na sua maioria por populações camponesas, a comunidade de Catete tinha uma forte integração com a comunidade de Chipanga que foi na sua totalidade deslocada compulsoriamente com a chegada da Vale à Moatize. Era em Chipanga onde, não só comercializavam a sua produção agrícola entre trocas que envolviam a compra de outros produtos essenciais para a sua reprodução socioeconômica, como também, tinham acesso ao sistema formal de saúde e de educação, além de redes de sociabilidade como bares e campo de futebol. Neste contexto, o deslocamento da comunidade marcou uma nova fase na vida dessa comunidade, embora se encontre fora da área concessionada à Vale para exploração de carvão mineral. Um dos grandes problemas enfrentados pela comunidade nesse momento é o acesso a serviços que o bairro Chipanga disponibilizava. A atual alternativa é o centro da Vila de Moatize bem mais distante da comunidade, a aproximadamente duas horas de caminhada.

Voltando para o processo de deslocamento compulsório, seguindo a estrutura dada pela Sra. A.P.F. Mithethe (2016), uma das nossas entrevistadas durante o trabalho de campo, podemos dividir o processo de expropriação, imposto pela multinacional brasileira Vale, em duas fases distintas, mas complementares: a fase da comunicação e a fase da persuasão. A Sra. A.P.F. era residente no bairro, nos arredores da vila de Moatize, mas nasceu no centro da vila de Moatize. Segundo conta, antes do seu nascimento os seus pais moravam no centro da vila de Moatize, mas mantinham uma casa e machamba em Mithethe onde passavam um determinado tempo do ano produzindo. Depois da colheita voltavam para a casa principal da vila. Porém depois de um tempo acabaram fixando definitivamente residência em Mithethe, tendo a agricultura como a base da sua reprodução social e econômica.

Fiquei sabendo que íamos sair quando uma equipe da empresa Vale foi para lá no bairro Mithethe contatar os líderes e informar das atividades que iam desenvolver. Nesse período era só empresa que vinha, mas no decorrer do tempo no momento que estavam a nos persuadir para sair é que representantes do governo vinham juntos com os representantes da empresa. A informação inicial foram os da Vale que deram, sobre o que era o projeto, depois quando já vinham negociar a nossa saída passaram a estar sempre acompanhados por representantes do governo. Apareceram primeiro para nos falar da existência do projeto e depois para negociar a nossa saída (Sr. A. P. F. Mithethe, 2016).

Além da comunicação, nessa primeira fase se enquadram também as ações de registro de casas, pessoas e bens de cada família. A segunda fase, a de persuasão, é a fase das promessas que consiste, tal como destacamos em outro trabalho (Eusébio, 2021, p. 509) na apresentação

de um conjunto de ações a serem desenvolvidas em benefício dos grupos atingidos, mas com o simples objetivo de garantir a aceitação e frear a resistência ao deslocamento, após conseguir que saiam do local, o grau de cumprimento das ações prometidas é ínfimo. As empresas quando questionadas sobre as promessas sempre apostam constantemente na negação: se recusam aceitar ter feito as referidas promessas, acenam para o delírio dos atingidos e exigem comprovantes escritos.

Segundo as narrativas das pessoas deslocadas para Cateme, as promessas variavam desde casas melhoradas e mobiladas, currais com animais para criação, projetos de produção, escola, hospital, água, à indenização pela transferência, prioridade no emprego; além de auxílio em alimentação e insumos agrícolas durante cinco anos, auxílio esse que só foi disponibilizado uma única vez. Algumas promessas foram específicas em função das atividades, que além da agricultura, eram predominantes em cada bairro. No bairro Chipanga onde predominava, além da agricultura, a atividade oleira (produção de tijolos) foi lhes prometido indenização e a criação de condições para a continuação integral da atividade de produção de tijolos. Promessas análogas foram feitas nos bairros Bagamoyo e Mithethe, neste último não só para a produção de tijolos, mas também para a atividade de produção de carvão. O bairro Malábue tinha a peculiaridade de se localizar próximo ao rio Revúbue e em função disso além da agricultura, praticavam a pesca e a produção de esteiras tendo como principal material de produção o caniço que cresce naturalmente no rio.

Disseram-nos: como vocês vivem à beira do rio onde aproveitam os recursos que ele dispõe, lá faremos questão de vos reassentar à beira do rio. Quando chegamos aqui nem a beira do rio e nem as machambas férteis prometidas, nada, fomos colocados nas pedras sem condições adequadas para a produção. É um sofrimento o que estamos a viver aqui. Lá pelo menos tinham muitos recursos que nos ajudavam a superar situações de crise. Aqui não tem nenhum recurso para sobreviver. Por isso é um contínuo sofrimento (Sra. F.C. Malábue, 2016).

A intensidade de participação dos membros do governo na fase das promessas variou em função do grau de resistência das populações. Bairros como Chipanga e Mithethe, onde a resistência ao deslocamento foi maior, a participação dos membros do governo ao lado dos representantes da empresa no processo de convencimento e persuasão foi mais intensa. Como exemplo, o próprio Governador Provincial de Tete se deslocou pessoalmente ao bairro Chipanga para auxiliar nas ações. A mensagem era clara: “vocês estão vivendo em cima de dinheiro, vão para outro lugar para branco fazer serviço”. A fase da persuasão terminou com a realização do deslocamento. As narrativas sobre o processo reforçam que a escolha de Cateme

para o reassentamento das populações classificadas rurais foi determinada por uma comissão de reassentamento composta na sua maioria por membros do governo provincial e local (distrital e municipal) e imposta às comunidades. A situação análoga se verificou na escolha de 25 de setembro para as populações classificadas como semi urbanas. Este fato reforça a prevalência de uma marginalização ou ignorância da ampla participação das populações afetadas no processo de tomada de decisão sobre aspectos que afetam diretamente as suas vidas. O deslocamento começou em outubro de 2009 e durou até abril de 2010. Foram compulsoriamente deslocados quatro bairros nomeadamente: Mithethe, Chipanga, Malabué e Bagamoyo. Neste último não foram deslocados todos os moradores. Somente os que moravam dentro da área concessionada. Área essa que se encontra atualmente protegida e bloqueada ao acesso por uma cerca metálica.

A pesquisa sobre a vida cotidiana atual foi realizada na comunidade de Cateme, onde foram “reassentadas” as populações que foram classificadas como rurais. Evidências etnográficas mostram que o deslocamento compulsório afetou de forma significativa os seus modos de viver, habitar e produzir, solapando as bases de sua reprodução socioeconômica. A vida cotidiana em Cateme é interpretada e narrada a partir de uma distinção entre o “aqui” e “lá”.<sup>7</sup> O “aqui” remete também ao tempo presente, ao “hoje” e é tal como no caso estudado por Magalhães (2002), sempre narrado e interpretado em oposição ao “lá”, o “antigamente”. É espacial e temporal. Há, nessas narrativas, duas fases: a vida antes da chegada dos grandes projetos, portanto, antes do deslocamento compulsório, e a vida depois da chegada dos megaprojetos, ou seja, depois do deslocamento para a Comunidade de Cateme.

Está patente nesta distinção uma certa ruptura, cujo grau varia em função da dimensão social, econômica e cultural. Disse-nos um dos entrevistados: “como a Vale ainda não começou a explorar lá [Malábue], saindo daqui posso vos indicar onde foi enterrado o meu cordão umbilical” (Sra. F.C. Malábue, 2016). No contexto sociocultural, por exemplo, a relação afetiva com o lugar, cujo significado varia em função da trajetória de vida de cada família, e a ruptura com esses espaços de significância simbólica (tal como esse destacado pela Sra. F.C. Malábue) tem sido a mais evocada. No contexto socioeconômico o hoje é visto como espaço de alternativas limitadas de sobrevivência, emergindo uma “vida dependente” (essa dependência

---

<sup>7</sup>Essa interpretação apresenta similaridades com a distinção entre o “hoje” e o “antigamente” constatado pela antropóloga Sônia Barbosa Magalhães em um estudo sobre os efeitos sociais dos deslocamentos compulsórios provocados pela construção da Barragem Hidrelétrica de Tucuruí no rio Tocantins, no Estado do Pará, Brasil (Magalhães, 2002).

é inerente também à interferência provocada pela chegada da empresa na dinâmica cotidiana de reprodução social e econômica dessas populações e pela expectativa criada pelos discursos de melhoria de vida que eram evocados pela empresa e pelo governo moçambicano) quando comparado ao antigamente, ou “antigo lugar”, visto como espaço de “diversas alternativas” de sobrevivência ou espaço de “vida independente”.

Essas “diversas alternativas” não eram homogêneas. Elas variavam em função da trajetória de cada família e da paisagem ecológica de cada bairro. Em Malábue que se localiza nas margens do rio Revúbue, além da machamba, produziam-se esteiras e praticava-se a pesca. Em Mithethe as populações se dedicavam também à produção de carvão vegetal e corte de lenha. Em Chipanga e Bagamoyo a olaria era uma das atividades mais praticadas além da machamba, por possuir terra considerada adequada para a produção de tijolos. Essas atividades se complementavam a outras como ser vendedor ou trabalhador “formal”. O essencial das “diversas alternativas” é que diferente de “cá” (em Cateme), permitiam superar as situações de crise: as situações de crise são, naquele contexto, situações em que a produção na machamba, principal atividade na reprodução socioeconômica, não alcançava a produção previamente planejada.

A ruptura é também em função das promessas feitas, mas não cumpridas. Tal como destacamos anteriormente, segundo as narrativas das pessoas deslocadas para Cateme, as promessas variavam desde casas melhoradas e mobiladas, currais com animais para criação, projetos de produção, escola, hospital, água, até indenização pela transferência; prioridade no emprego, auxílio em alimentação e insumos agrícolas durante cinco anos, conforme mencionado. O nível de cumprimento das promessas foi extremamente baixo, o que nos induz à conclusão de que não havia uma preocupação com o destino das pessoas, com a continuidade integral das suas lógicas de produção, organização e reprodução social e econômica, mas sim com a sua saída do local para garantir o controle do território, dinamizar a exploração do carvão e multiplicação do capital.

## **DIFERENÇAS E PROXIMIDADES NO CICLO PERSISTENTE DE DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS EM MOÇAMBIQUE: NOTAS CONCLUSIVAS**

Existem diferenças significativas entre o atual processo de deslocamento compulsório das populações em Moatize e os anteriores processos acima explorados. Uma das principais diferenças está no fato de os atuais deslocamentos compulsórios serem inerentes ao controle

empresarial do território e avanço do capital internacional que pressiona grupos e modos de vida locais. Porém, advogamos que apesar dessas diferenças o atual processo de deslocamento compulsório em Moatize apresenta algumas proximidades com os anteriores processos impostos, o programa de aldeamentos coloniais e as aldeias comunais socialistas inerentes à modernização do campo e cooperativização agrícola: as decisões tomadas centralmente e impostas aos grupos atingidos que tem a única opção de cumpri-las; a consequente marginalização dos posicionamentos dos sujeitos afetados, negando-lhes a possibilidade de serem protagonistas do seu próprio destino; a persistência da lógica paternalista de relação, o uso da persuasão e de modo geral a prevalência práticas de violência e intimidação são algumas dessas proximidades (Eusébio, 2022). O autoritarismo, a tutela e o “negligenciamento” dos projetos de vida das diversas famílias atingidas marcaram o processo de deslocamento compulsório imposto pela Vale em Moatize, numa autêntica reedição para o tempo presente de práticas violentas típicas de uma governamentalidade colonial (Eusébio, 2020a).

As proximidades se verificam também nos discursos de “garantia de bem-estar e desenvolvimento” mobilizados pelos atores empresariais e governamentais, partes interessadas e beneficiadas pela expropriação. Seja na sua roupagem colonial de “civilizar o africano ou o nativo”, seja na sua roupagem atual de “garantia de desenvolvimento nacional, melhoria de vida das comunidades locais e garantia de emprego aos seus filhos”, esse discurso deve ser entendido como parte integrante de um complexo leque de estratégias políticas e empresariais de controle de território ou ainda de um aparato ideológico legitimador (Hébette; Marin, 2004) que busca traduzir como parte de interesse geral algo que só beneficiava os interesses da colonização portuguesa e no contexto atual e concretamente no caso concreto de Moatize e do Vale do Zambeze de modo geral, só beneficia de fato as corporações.

Houve mudanças de regimes e de ideologia política do estado, mas permanece uma lógica violenta, não só de relação entre o poder político e as comunidades locais, como também de expansão capitalista na região. Isso não implica que as populações afetadas tenham ou têm ocupado uma posição passiva no processo. Quer no processo de aldeamentos coloniais, quer no processo de criação das aldeias comunais e nos atuais deslocamentos compulsórios provocados pela atual política de desenvolvimento centrada nos grandes projetos, as populações atingidas desenvolveram sempre diversas ações de resistências. Porém, é preciso reconhecer que elas variam em função do nível autoritário de cada regime e do modo de dominação (Boltanski, 2013) que prevalece. As ações e as condições de possibilidade de

resistência do tempo colonial diferem das ações e das condições de possibilidade de resistência do período socialista e logicamente do período atual.

A migração para outras áreas de menor controle e interferência administrativa foi uma das estratégias de resistência aos aldeamentos coloniais no tempo colonial. No contexto atual outros repertórios são mobilizados. No caso específico das populações de Moatize, as cartas enviadas para as ONGs denunciando a violação dos seus direitos; a solicitação de encontro com órgãos governamentais para expor os problemas da comunidade; o acampamento nas instalações do governo distrital e de outras autoridades administrativas locais, o bloqueio da linha férrea de transporte de carvão mineral que passa, por exemplo, a escassos metros da comunidade de Cateme e ocupação coletiva da área de operações de extração e a consequente paralisação da produção, são algumas das ações coletivas de reivindicação desenvolvidas.

Práticas de violência e intimidação têm sido mobilizadas pela empresa para conter as ações locais de resistência, se apropriando dos aparelhos estatais de repreensão. Por exemplo, uma manifestação realizada em 2013 – a comunidade de Cateme, reivindicando o cumprimento das diversas promessas feitas (acesso à água, terra fértil, energia, indenização, bens coletivos de transporte, saúde, educação etc.), bloqueou a linha férrea de transporte de carvão que passa a escassos metros da comunidade – foi violentamente reprimida pela polícia, o que reforça a prevalência de uma lógica intimidatória do governo e a empresa, de um lado, contra as comunidades afetadas, de outro, mobilizando os aparelhos estatais de repreensão. Além da estratégia de controle violento das ações coletivas locais, evidências etnográficas demonstram que persistem ações de intimidação de determinados atores locais mais ativos nas ações de resistência o que tem provocado, de modo geral, um sentimento generalizado do medo, quanto a necessidade de luta mais activa em defesa dos seus direitos perversamente violados<sup>8</sup>. O ciclo persistente de deslocamentos compulsórios, a similaridade entre as práticas e os seus efeitos - apesar de significativas diferenças existentes - demonstram que na região do Vale do Zambeze e em Moatize em particular, o autoritarismo, a tutela, a intimidação, coerção e o negligenciamento dos projetos de vida, continuam estruturando as relações de poder entre o Estado e as comunidades locais.

---

<sup>8</sup>Foi comum durante o trabalho de campo ouvir palavras como: “não é para me denunciar...”; “vou te contar, mas não fala que eu é que disse...”; “tem pessoas que são levadas a noite para vila, por isso não fala meu nome...” – o que evidencia a persistência de práticas típicas do que o sociólogo Luc Boltanski (2013) denomina de uma “dominação por terror”.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALMEIDA, A.W.B. Os quilombos e as novas etnias. *In*: O'DWYER, L.C. (Org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 43-82.
- ALMEIDA, A. W. B. Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia de desenvolvimento. *In*: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. C.; CASTRO, E. R. (Org). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Universidade Federal do Pará/Associação de Universidades Amazônicas, 1996. p. 467-476.
- ARAÚJO, M. G. M. **Sistema de aldeias comunais em Moçambique**. Transformações na organização do espaço residencial e produtivo. 1988. 490f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 1988.
- ARAÚJO, M. G. M. As aldeias comunais e o seu papel na distribuição territorial da população rural na República Popular de Moçambique. **Finistera**, v. 18, n. 36, p. 365-377, 1983.
- BOLTANSKI, L. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. **Sociologia & Antropologia**, v. 03, n. 06, p. 441-463, 2013.
- BORGES COELHO, J. P. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas. **Lusotopie**, n. 10, p. 175-193, 2003.
- BORGES COELHO, J. P. State Resettlement Policies in Post-Colonial Rural Mozambique: The Impact of the Communal Village Programme on Tete Province, 1977-1982. **Journal of Southern African Studies**, v. 24, n. 01, p. 61-91, 1998.
- BORGES COELHO, J. P. **Protected villages and communal villages in the Mozambican province of Tete (1968-1982): A history of state resettlement policies, development and war**. 1993. 462f. Tese (Doutorado em História) - Department of Social and Economic Studies/ University of Bradford. United Kingdom, 1993.
- BORGES COELHO, J. P. **O início da luta armada em Tete, 1968-1969**: a primeira fase da guerra e a reação colonial. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1989.
- BOURDIEU, P.; SAYAD, A. A dominação colonial e o sabir cultural. **Revista de Sociologia Política**, n. 26, p. 41-60, 2006.
- BRAÇO, A. D. **Pana nsanje, pana mwambo**: gênero e narrativas orais do povo Sena em Moçambique. 2017. 232f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Pará, Brasil, 2017.
- CABAÇO, J. L. O. **Moçambique**: identidades, colonialismo e libertação. 2007. 475f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2007.
- CASAL, A. Y. **Antropologia e desenvolvimento**: as aldeias comunais em Moçambique. Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia. Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996.
- CASAL, A. Y. Discurso socialista e camponeses africanos: legitimação política-ideológica da socialização rural em Moçambique (Frelimo, 1965-1984). **Revista Internacional de Estudos Africanos**, v. 14, n. 15, p. 35- 75, 1991.
- CASTELO, C. Colonatos e aldeamentos no Niassa, Moçambique: processos e impactos sociais em tempo de guerra (1964-1974). **Tempo**, v. 27, n. 03, p. 478-500. 2021. <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2021v2701>.
- CASTRO, E. M.; DO CARMO, E. **Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho**: análise crítica de políticas e práticas empresariais da mineração,

desregulação ambiental e violação de direitos nos municípios de Barcarena (Pará), Mariana, Brumadinho (Minas Gerais) e São Luís (Maranhão). Belém: Editora NAEA, 2019.

CHIZENGA, A. P. **Os mundos que o “desenvolvimento” (des)integra**: dinâmicas do lugar induzidas pela mineração da empresa Vale S. A. em Moatize, Moçambique. 2020. 225f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

COUTINHO, C. A. Política mineira e a integração sociocultural e sustentável dos reassentamentos em Cateme-Moçambique: 2009-2017. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 04, n. 08, p. 95-114, 2019.

EUSÉBIO, A. J. Empresas, comunidades e conflitos: grandes projetos de mineração e conflitos ambientais em Moçambique. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 03, p. 35-53, 2022.

EUSÉBIO, A. J. As violências das práticas empresariais: mineração, danos socioambientais e conflitos em Moatize, Vale do Zambeze, Moçambique. **Anais do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas**. v. 04, p. 505-516, 2021.

EUSÉBIO, A. J. As violências das práticas empresariais: mineração, deslocamentos compulsórios e resistências no Vale do Zambeze, Moçambique. **Revista Antropológicas** v. 31, n. 01, p. 220-248, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2525-5223.2020.244418>.

EUSÉBIO, A. J. O paradoxo do desenvolvimento: mineração, deslocamentos compulsórios e a vida cotidiana em Cateme, Moatize, Moçambique. **Illuminuras**, v. 21, n. 54, p. 862-870, 2020b. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.97413>.

EUSÉBIO, A. J. Os direitos sobre os territórios: ‘comunidades locais’ e os projetos de desenvolvimento em Moçambique. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 03, n. 03, p. 154-177, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/abeafrica/article/view/32071>.

EUSÉBIO, A. J.; MAGALHÃES, S. B. Neoextrativismo, violências e conflitos ambientais: o projeto Onça Puma e as estratégias empresariais de ocupação e controle do território. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Neoextrativismo e autoritarismo**: afinidades e convergências. Rio de Janeiro: Garamond, 2022, p. 267-310.

FLORÊNCIO, F. Christian Geffray e a antropologia da guerra: ainda a propósito de *la cause des armes au Mozambique*. **Etnográfica**, v. 06, n. 02, p. 347-364, 2002.

GARDNER, K.; LEWIS, D. The anthropology of development. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Org.). **Anthropology, development and the post-modern challenge**. London: Pluto Press, 1996, p. 50-76.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. E. A. Colonização e fronteira. Articulações no nível econômico e no nível ideológico. In: HÉBETTE, J (Org.). **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004, p. 75-88.

ISAACMAN, A.; ISAACMAN, B. **Dams, Displacement and the Delusion of Development**: Cahora Bassa and Its Legacies in Mozambique, 1965 - 2007 (New African Histories) (Locais do Kindle 7733-7735). Ohio University Press. Edição do Kindle, 2013.

KHOSA, U. B. K. **Entre as Memórias Silenciadas**. Maputo: Editora Alcance, 2013.

LEWIS, D. **Anthropology and development**: an uneasy relationship. London: LSE research online. 2005. Disponível em:

[http://eprints.lse.ac.uk/253/1/Anthropology\\_and\\_development\\_a\\_brief\\_overview.pdf](http://eprints.lse.ac.uk/253/1/Anthropology_and_development_a_brief_overview.pdf). Acesso em: 14 Ago. 2025.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13, 2007.

MAGALHÃES, S. B. Tempo e trajetória: reflexões sobre representações camponesas. *In*: HÉBETTE, J. **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002, p. 233-274.

MANGHEZI, A. **Guijá, Província de Gaza 1895-1977: trabalho forçado, cultura obrigatória do algodão, o Colonato do Limpopo e reassentamento pós-independência**. Entrevistas e canções recolhidas 1979-1981. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2003.

MARTINS, J. S. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre**. São Paulo, Contexto, 2014.

MATOS, E. A. C. **Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique**. 2016. 296f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

MOÇAMBIQUE. Governo do Distrito de Moatize. **Dados sobre 1º ponto de agenda da II Sessão Extraordinária do Governo Provincial de Tete**: ponto da situação do processo de reassentamento. Moatize: Governo Distrital de Moatize, 2015.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº 31/2012 de 8 de agosto - Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Econômicas**. Maputo: Boletim da República de Moçambique, 2012.

MOÇAMBIQUE. **Decreto nº 62/2006 de 26 de dezembro - Aprova o Regulamento da Lei de Minas**. Maputo: Boletim da República de Moçambique, 2006.

MOÇAMBIQUE. **Decreto nº 26/2004 de 20 de agosto - Regulamento Ambiental para a Atividade Mineira**. Maputo: Boletim da República de Moçambique, 2004.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº 14/2002 de 24 de junho - Lei de Minas**. Maputo: Boletim da República de Moçambique, 2002.

OSÓRIO, C.; SILVA, T. C. **Corporações econômicas e expropriação: raparigas, mulheres e comunidades reassentadas no Distrito de Moatize**. Maputo: WILSA, 2017.

RAMOS DE CASTRO, E. Neextractivismo en la minería: prácticas coloniales y lugares de resistencia en Amazônia, Brasil. **Perfiles Económicos**, n. 5, p. 35-76, 2018.

SCHRODER, P. Antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina?. **Revista de Antropologia da USP**, v. 40, n. 02, p. 83-100, 1997.

SELEMANE, T. **Questões à volta da mineração em Moçambique**: Relatório de monitoria das atividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 2010.

SRA. A.P.F. MITHETHE. Moradora do bairro Mithethe: **entrevista realizada no dia 19 de março de 2016**.

SRA. F.C. MALÁBUE. Moradora do bairro Malábue: **entrevista realizada no dia 19 de março de 2016**.



THAY, A. H. Processos de liderança e tomada de decisão em Moçambique: governança de Samora Machel - 1975/1986. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 05, n. 10, p. 151-171, 2020.

THOMAZ, O. R. Escravos sem dono: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. **Revista de Antropologia da USP**, v. 51, n. 01, p. 177-214, 2008.

VEENA DAS. **Sujetos del dolor, agentes de dignidad**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas: Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2008.

WANDERLEY, L. J. M. Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. **Versos – Textos para Discussão PoEMAS**, v. 01, n. 01, p. 01-07, 2017.

ZHOURI, A. Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 16, n. 32, p. 51-68, 2019.

ZHOURI, A. **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial iGuana/ABA, 2018.

ZHOURI, A. *et al.* **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.